



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NO CONTEXTO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO

WORK CONFIGURATIONS IN THE CONTEMPORARY CAPITALIST CONTEXT

Ana Caroline Gimenes Machado¹
Inez Stampa²

RESUMO

Reflexão acerca das configurações capitalistas no contexto hodierno de crise brasileira, a qual está articulada a uma crise estrutural que afeta a economia mundial desde o final dos anos de 1970, agravada pela crise originada em 2008, com graves efeitos para a classe trabalhadora. O trabalho discute a precarização no *mundo do trabalho*, proveniente do acirramento da crise capitalista contemporânea que, no contexto de reestruturação produtiva, conduz a classe trabalhadora a uma inserção em postos de trabalho cada vez mais precários, informais e terceirizados, ao desmonte gradual dos direitos trabalhistas e, ainda ao desemprego em larga escala.

Palavras-Chaves: Precarização; Trabalho; Classe trabalhadora.

ABSTRACT

Reflection on capitalist configurations in the current context of the Brazilian crisis, which is linked to a structural crisis that has affected the world economy since the late 1970s, aggravated by the crisis that originated in 2008, with serious effects for the working class. The work discusses the precariousness of the *world of work*, arising from the

¹ Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela PUC-Rio. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio). E-mail: anacaroline.gimenes.m@gmail.com.br.

² Assistente social e socióloga. Doutora em Serviço Social. Coordenadora adjunta da área de Serviço Social da Capes (2018-2021). Bolsista produtividade em pesquisa CNPq. Professora associada do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio). E-mail: inezstampa@gmail.com.

intensification of the contemporary capitalist crisis that, in the context of productive restructuring, leads the working class to an insertion in increasingly precarious, informal and outsourced jobs, to the gradual dismantling of labor rights and, still to large-scale unemployment.

KEYWORDS: Precariousness; Work; Working class.

INTRODUÇÃO

O cenário atual de crise brasileira está articulado a uma crise que afeta a economia mundial desde os anos de 1970, uma crise estrutural, que vem suscitando transformações no universo da classe trabalhadora. Em sua análise sobre a crise estrutural do capital, Mészáros (2011) explica que o desenvolvimento capitalista conjuntural é perpassado por crises cíclicas periódicas. Contudo, no contexto hodierno, sob a hegemonia do capital financeiro, ela se apresenta de maneira estrutural, ainda que, associada às crises cíclicas capitalistas.

O advento do neoliberalismo, com o intuito de desbaratar a crise iniciada no período supracitado, acentuou a lógica destrutiva do capitalismo monopolista, pois, a partir das medidas adotadas, podem-se perceber mudanças substantivas na gestão e organização do trabalho. Aqui, destacam-se as contrarreformas adotadas pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990 e as ainda em curso.

Algumas especificidades da conjuntura neoliberal no Brasil produziram novas expressões de uma questão social mais expandida e diversificada nesse contexto de crise. As “soluções” para costurar as roturas que o capitalismo tende a deixar no tecido social brasileiro têm sido cosidas através do rompimento de pactos sociais estabelecidos desde a década de 1940. A natureza contraditória do modelo capitalista, para crescer sua acumulação, recria as condições responsáveis por potencializar suas contradições e fomentar suas crises.

Os efeitos dos ajustes neoliberais sobre a classe trabalhadora têm sido desastrosos. Os programas de austeridade, supressão ou redimensionamento dos gastos públicos, principalmente os gastos sociais, juntamente com os processos de mercantilização e privatização, agudizaram as expressões da questão social.

Concomitantemente, o aumento do desemprego e a extensão do tempo médio para retornar ao mercado de trabalho formal corroboram para uma maior pauperização

da população. Somam-se a isso vultosas discrepâncias de renda no país, o que provoca a desigualdade social imbricada na concentração de riqueza para uma parcela ínfima da população.

Santos (2012) alerta que “as formas de trabalho mais instáveis e menos protegidas tendem a se ampliar, fazendo com que o medo de perder o emprego apareça novamente como a principal força disciplinadora do trabalho” (p. 197). A necessidade de se manterem nos espaços ocupacionais impele os trabalhadores a se submeterem a condições aviltantes de trabalho. Neste sentido, crescem postos de trabalhos precarizados, terceirizados, temporários, sem garantias e sem direitos trabalhistas.

A conjuntura brasileira atual é perpassada por um período de radicalização do neoliberalismo, caracterizado por sucessivas privatizações de estatais, defesa intransigente dos interesses das classes dominantes e destruição dos direitos do trabalho, conforme demonstra Antunes (2018), denominando essa nova fase de contrarrevolução preventiva, na qual analisaremos alguns de seus aspectos a seguir.

Desta forma, este trabalho irá apresentar algumas considerações sobre a precarização do trabalho no Brasil, elencando efeitos da reestruturação produtiva que afetam a classe-que-vive-do-trabalho, como a fragilização das relações trabalhistas, aumento da informalidade, expansão da terceirização, desregulação das legislações protetoras do trabalho e desemprego estrutural.

A presente análise, a qual traz elementos sobre o cenário atual de crise brasileira, articulada à uma crise estrutural, com repercussões para a classe trabalhadora, encontra-se abalizada em pesquisa bibliográfica, documental e em dados secundários sobre a temática abordada.

2 CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NA CONJUNTURA CAPITALISTA ATUAL

Expressivas transformações sofridas dentro da esfera da produção vêm afetando fortemente a classe trabalhadora e seu movimento sindical. Isso se intensifica em países com histórica e profunda desigualdade social como o Brasil. Antunes e Druck (2014) analisam que o trabalho contratado e regulamentado, predominante no século XX, vem sendo substituído por diferentes formas de terceirização, precarização e informalidade, e que esta tem deixado de ser exceção para se tornar regra.

Importante lembrar que no Modo de Produção Capitalista (MPC), o aumento da riqueza determina o aumento da pobreza. Segundo Montaño (2012), “no MPC não é o precário desenvolvimento, mas o próprio desenvolvimento que gera desigualdade e pobreza” (p. 279). Com os avanços tecnológicos e a troca cada vez mais crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, das pessoas pelas máquinas, muitas atividades laborativas se tornaram dispensáveis, obsoletas e, até mesmo, inexistentes.

Harvey (2016) analisa que a inovação tecnológica, apesar de ter sido um caminho para a retração de crises capitalistas, possibilitou outros entraves, como a automação na década de 1980 que resultou na desindustrialização. Ao ponderar à luz da ótica estadunidense, exemplifica que empresas como a General Motors, a qual, em 1960, costumava empregar trabalhadores sindicalizados que percebiam bons salários, foram substituídas por outras como o Walmart, que possui grande parte de sua mão de obra não sindicalizada, mal paga, e que tem sido uma das maiores empregadoras dos Estados Unidos. Assim, “a mudança tecnológica nunca é indolor, e o custo e a dor que produzem não são uniformemente repartidos” (Harvey, 2016, p.99).

Um contingente expressivo de trabalhadores é conduzido ao desemprego, por não conseguirem mais se inserir no mercado de trabalho formal, visto que o trabalho que antes executavam, agora é realizado por maquinários que os substituem, em menor tempo, com maior produtividade, não sendo, assim, mais assimiláveis por este processo.

Antunes (2018) sinaliza que há uma redução drástica dos empregos, e os que se mantêm empregados colecionam perdas em decorrência das configurações capitalistas atuais, dentre as quais podem se destacar o desmonte de muitos dos direitos conquistados ao longo das lutas travadas pela classe trabalhadora, precarização das relações trabalhistas, rebaixamento salarial, terceirização, aumento da informalidade e do trabalho intermitente, entre outras particularidades próprias da reestruturação produtiva.

Destarte, em sua busca pela reprodução de capital, as empresas tendem a investir mais em *capital constante* e menos em *capital variável*, o que leva ao aumento da composição orgânica do capital e à diminuição da taxa de lucro. O desemprego, derivado deste maior investimento em *capital constante* em detrimento do *capital variável*, torna mais dificultoso aos capitalistas obter a mais-valia.

A maioria da população mundial está se tornando descartável e irrelevante do ponto de vista do capital, o que ampliará progressivamente a dependência da circulação de formas fictícias de capital e construções fetichistas de valor centradas na forma-dinheiro e no sistema de crédito. Como é de se esperar, alguns segmentos da população são considerados mais descartáveis do que outros, assim mulheres e negros arcam com maior parte do fardo e provavelmente arcarão ainda mais num futuro próximo (HARVEY, 2016, p.109).

Antunes (2018) afirma que nesse período em que estamos vivenciando de financeirização e mundialização em escala global, é estabelecida uma nova divisão internacional do trabalho, marcada pela intensificação dos níveis de precarização e informalidade. O autor indica que em vez de ocorrer uma supressão total do trabalho pelo maquinário informacional-digital, o que se observa é o crescimento de um novo proletariado da era digital, o que corrobora com a sua análise de que não estamos vivenciando o fim do trabalho, e sim, o “crescimento exponencial do novo proletariado de serviços” (p. 30), o que pode ser compreendido como um novo arquétipo de escravidão, todavia, em nosso tempo, as correntes são digitais.

Para além disso, como o capital é uma relação social eivada de contradições, cabe lembrar Maranhão (2010), que reflete que o amplo quantitativo de trabalhadores excedentes é essencial para a reprodução atual do capital. Segundo o autor, o processo denominado e analisado por Karl Marx de “acumulação primitiva ou originária” (p. 98) produziu uma enorme oferta de força de trabalho.

Com a desapropriação de terras, ferramentas de trabalho e meios de produção, o desenvolvimento das indústrias atraiu um expressivo contingente de trabalhadores do campo para os centros urbanos em busca de obter seus meios de subsistência, gerando uma *superpopulação relativa* de trabalhadores como “um inesgotável reservatório de força de trabalho” (Maranhão, 2010, p.99). O autor afirma que o processo de expansão mundial da superpopulação relativa, que se deu concomitantemente ao processo de mundialização financeira, resultou na obtenção de superlucros, por meio dos baixos salários praticados pelo grande número de trabalhadores desocupados no mercado.

Essa população empobrecida, que não está inserida no mercado formal de trabalho e que já se tornou supérflua com os avanços tecnológicos, possibilita a ampliação da exploração dos trabalhadores ocupados, reduz seus salários e exerce uma pressão sobre a organização política desses trabalhadores formais, visto que se veem

compelidos a renunciar à luta política em detrimento de seus empregos. Assim, aqueles que não se encontram inseridos no mercado de trabalho por vias formais também são extremamente importantes para a economia.

Nessa conjuntura, muitas empresas reduzem o quantitativo de funcionários para economizar gastos. No modo de acumulação flexível, predomina o tipo de “empresa enxuta” que consegue aumentar sua produtividade mantendo um número menor de funcionários (Antunes; Druck, 2014). Esses cortes no *capital variável* têm se tornado cada vez mais recorrentes e o tempo para se realocar no mercado de trabalho vem se expandindo devido à ampla concorrência.

Segundo Maranhão (2010), houve um aumento no tempo médio da procura por trabalho, ou seja, “o mundo industrializado se caracteriza cada vez mais pelo desemprego de longa duração” (p.94). Esse crescimento abrupto do desemprego acirrou ainda mais a desigualdade de renda no país.

Ressalte-se que a atual conjuntura brasileira é marcada pela “informalidade” e o desemprego oculto pelo trabalho precário, os quais vêm se ampliando cada vez mais. “Os ‘sem-emprego’, grupo constituído pelos desempregados e pelos trabalhadores informais, são hoje a maioria dos trabalhadores brasileiros” (Druck, 2013, p.65).

A autora, em sua crítica sobre a precarização social do trabalho no Brasil, afirma que a situação que melhor demonstra a fragilização que afeta o mundo do trabalho é o desemprego, que “deixa de ser uma condição provisória e transforma-se numa situação de longo prazo ou mesmo permanente” (p 62). A precarização, de acordo com Antunes e Druck (2014), “passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível” (p. 13).

Os efeitos dos ajustes neoliberais sobre a classe trabalhadora têm sido desastrosos. Os programas de austeridade, supressão ou redimensionamento dos gastos públicos, principalmente os gastos sociais, juntamente com os processos de mercantilização e privatização, ampliaram as expressões da questão social (Behring, 2013). O que é corroborado por Lole e Stampa (2018):

[...] a redução/congelamento dos gastos com políticas sociais e o maior redirecionamento do fundo público aos interesses do capital; o retorno ao primeiro damismo e a intenção de deslocamento da política de assistência social para o campo do não direito; a indicação das contrarreformas da previdência social, da educação e do trabalho; a destruição da universalidade

e gratuidade do Sistema Único de Saúde (SUS); entre outras atrocidades (Lole; Stampa, 2018, p.10).

As autoras ressaltam que a conjuntura atual brasileira tem sido permeada por esses retrocessos, os quais se têm somado ao aumento do desemprego e exacerbação da exploração da força de trabalho. Nesse contexto de reestruturação produtiva, onde a acumulação flexível exerce dominação, as relações trabalhistas se tornaram mais fragilizadas, muitos dos direitos conquistados foram desregulamentados, houve crescimento do desemprego e, com isso, do agravamento da pobreza.

Conforme Mota (2010), “as transformações ocorridas nos processos e nas relações de trabalho afetaram profundamente a composição e a prática político-organizativa dos trabalhadores” (p.41). Deste modo, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais (Antunes, 2011).

Mészáros (2011), em suas análises sobre o aprofundamento da crise estrutural do capital, alerta que o desemprego reverbera também para um quantitativo significativo de trabalhadores *altamente qualificados*, assegurando que a crise estrutural incide sobre a “*totalidade da força de trabalho da sociedade*” (p.69). Observando os trabalhadores franceses, Linhart (2014) chama a atenção para uma forma de precarização que afeta até mesmo os trabalhadores estáveis, uma precariedade subjetiva que se traduz na ausência de segurança no trabalho e que influi drasticamente na vida do trabalhador.

Apesar de ter um emprego formal, teoricamente estável, o trabalhador sente a necessidade de justificar constantemente a vaga que ocupa, provocando medo, ansiedade e insegurança, o que pode adoecer o trabalhador. Essa problemática, contudo, é muitas vezes individualizada, ao culpabilizar o trabalhador, perdendo a dimensão coletiva necessária para a formulação de respostas.

Santos (2012) alerta que “as formas de trabalho mais instáveis e menos protegidas tendem a se ampliar, fazendo com que o medo de perder o emprego apareça novamente como a principal força disciplinadora do trabalho” (p.197). A necessidade de se manterem nos espaços ocupacionais, impele os trabalhadores a se submeterem a condições cada vez mais aviltantes de trabalho.

Neste sentido, crescem postos de trabalhos precarizados, terceirizados, temporários, sem garantias, sem direitos trabalhistas, sem sociabilidade, e sem

representação sindical. Antunes (2018) ressalta a ação deletéria da trípole destrutiva que o capital vem conferindo ao trabalho: “a terceirização, a informalidade e a flexibilidade” (p. 37).

Conforme já mencionado anteriormente, um conjunto de medidas vem sendo adotadas para garantir a “submissão” dos trabalhadores aos ditames da acumulação capitalista ao redor do mundo. No Brasil, além da contrarreforma trabalhista, destaca-se a abusiva contrarreforma previdenciária.

Além dessas duras alterações, as já implantadas e as que estão por vir, para aqueles que pertencem à *classe-que-vive-do-trabalho* (Antunes, 2011), cabe ressaltar que entrou em vigor, em novembro de 2017, a Lei nº 13.467³, de 13 de julho de 2017. Com mais de cem pontos de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dentre as quais se podem elencar: a jornada de trabalho intermitente, remuneração de acordo com horas trabalhadas, negociação do tempo de descanso do trabalhador, pagamento das custas de processos de ações trabalhistas e permissão de mulheres grávidas e lactantes em ambientes de trabalho considerados insalubres.

Soma-se a isso a chamada Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/17), que permite a terceirização de qualquer atividade nas empresas, com prejuízo dos benefícios trabalhistas e aumento de tempo do trabalho temporário. Lole e Stampa (2018) afirmam que a lei supracitada revela a imagem de um trabalhador “invisível, abstrato, sem identidade própria em seu ambiente laboral, sem plano de carreira, que não incorpora conhecimento técnico, que no quadro atual não tem condições de evoluir profissionalmente e materialmente” (p.11).

Deveras, a Lei da Terceirização trata de limitação de custos empresariais com direitos trabalhistas (por meio da diminuição de encargos sociais, transferindo responsabilidades trabalhistas para as empresas contratadas para prestar serviços, e, desta forma, auferem a ampliação de lucros) e a desregulamentação da legislação protetora do trabalho.

O trabalho regulamentado e suas garantias – fruto de lutas dos trabalhadores por direitos sociais – vem sendo substituído por formas cada vez mais precarizadas que

³ Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

buscam lograr uma superexploração do trabalhador. Deste modo, a desregulamentação das legislações protetoras do trabalho demonstra uma forma ainda mais perversa da precarização do trabalho. As modalidades informais, as quais não possuem garantias de direitos, vêm ganhando espaço na conjuntura atual, o que amplia o cenário de precarização.

O desemprego crescente tende a provocar conformação e naturalização dos processos de precarização do trabalho na sociedade, corroborando para a ampliação da exploração da força de trabalho. Ao discorrerem sobre os impactos da terceirização, a qual está intrinsecamente ligada à precarização, Antunes e Druck (2014) ponderam que “a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil” (p.20). Os autores sintetizam a prática da terceirização descrevendo que:

[...] as empresas do setor industrial buscam garantir seus altos lucros, exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos com trabalho e pela “volatilidade” nas formas de inserção e contratos (Antunes; Druck, 2014, p.17).

Antunes (2018) aponta que “se até a década de 1980 o traço distintivo da economia brasileira se encontrava na forte expansão industrial, nas últimas décadas o setor terciário vem registrando aumento na sua posição relativa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)” (p.119). O autor afirma que a representação da nova morfologia da classe trabalhadora atual deve abarcar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados que, por meio da venda de sua força de trabalho, se inserem, ou melhor, buscam se inserir na indústria, na agricultura e nos serviços, ou na estabelecida interconexão existente entre esses setores.

Mattos (2019) revela que, com base nos estudos de Marx, não se deve apenas associar a classe trabalhadora ao operariado fabril, mas sim, aos sujeitos que são uma força em potencial para uma transformação revolucionária da sociedade. Nas palavras do autor:

O proletariado é muito mais amplo e envolve os trabalhadores produtivos e improdutivos, empregados e desempregados, formais e informais, mais ou menos precários (embora a proletarização envolva sempre em algum grau), assalariados regulares ou não (Mattos, 2019, p. 90).

Tais elementos permitem inferir que as mudanças no mundo do trabalho afetam diretamente a classe trabalhadora, levando-a a se submeter a espaços ocupacionais cada vez mais instáveis, a fim de obter seus meios de sobrevivência. Neste sentido, Braga (2016) sinaliza que o maior desafio para a classe trabalhadora brasileira é resistir a este novo ciclo de ataques aos direitos e às suas condições de trabalho, buscando formas de interromper a ampliação da espoliação dos trabalhadores.

Para tanto, o autor ressalta a importância da organização política como forma de resistência. Antunes (2018) nos encoraja afirmando que já que existem mudanças na morfologia do trabalho, existe também uma nova morfologia das lutas, com inovações das maneiras de organização política e de representação do trabalho.

3 CONCLUSÃO

A desregulamentação dos direitos trabalhistas conquistados, a precarização do trabalho e a flexibilização das relações trabalhistas corroboram para a fragmentação da classe trabalhadora e o enfraquecimento do seu movimento sindical. A epidemia da terceirização repercute na sindicalização dos trabalhadores, uma vez que cresce a dificuldade de sindicalizar os terceirizados por estarem mais afastados uns dos outros (sendo contratados por empresas diferentes). Além disso, grande parte do sindicalismo de terceirizados possui um cariz patronal, tendo discursos e ações que beneficiam mais as empresas do que os trabalhadores.

A corrosão dos direitos trabalhistas, somada à diminuição de empregos formais, amplia a precariedade das condições de trabalho, dando espaço para trabalhos terceirizados, intermitentes, temporários se expandirem, além dos trabalhos informais. Afora isso, o desemprego se torna cada vez mais presente nesse cenário, que deixa de ser uma condição efêmera e torna-se duradouro, à medida que os trabalhadores não encontram novas vagas de empregos formais e vão improvisando meios de sobrevivência cada vez mais precários.

Assim, a conjuntura hodierna é tracejada de perdas diárias para a classe trabalhadora. O Estado ignora o aumento abrupto do desemprego e o empobrecimento de grande parcela da população. O descomprometimento com aqueles que possuem

apenas a sua força de trabalho como forma de sobrevivência é revelado em cada medida desastrosa deste governo.

A história da classe trabalhadora é permeada de impeditivos para a conquista ou manutenção dos seus direitos, por isso a classe trabalhadora necessita se manter na resistência para não ter os seus direitos ainda mais espoliados. A luta contra as expressões da questão social não será vencida enquanto mantivermos o atual modelo capitalista. Enquanto formos classe trabalhadora, estaremos fadados a permanecer lutando para não perdermos o que já foi conquistado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho – 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. (org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRAGA, Ruy. Para muito além da exploração. In: A volta da barbárie? Desemprego, terceirização, precariedade e flexibilidade dos contratos e da jornada de trabalho. **IHU On Line** - Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Nº 484, Ano XVI; 02/05/2016.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LINHART, Daniele. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LOLE, Ana; STAMPA, Inez. Hegemonia, democracia e conservadorismo no Brasil contemporâneo. **IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais**. Crises do Capitalismo, novas e velhas formas de protesto. São Paulo: FFLCH-USP, 2018.

MACHADO, Ana Caroline Gimenes. **“Tijolo com tijolo num desenho trágico”**: condições de trabalho na construção civil após as demissões em massa no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In MOTA, Ana Elizabeth. (org.) **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, 110, São Paulo, 2012.

MOTA, Ana Elizabeth. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.